

STJ00101749

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER
EDUARDO TALAMINI
COORDENADORES

A JURISPRUDÊNCIA UNIFORME E OS PRECEDENTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

CLAUDETE ALVIM WAMBIER

Coleção
Liebman

A JURISPRUDÊNCIA UNIFORME E OS PRECEDENTES NO
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

CLAUDIA APARECIDA CIMARIDI



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 - Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 - Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 - São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [08-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [13.08.2015]



ISBN 978-85-203-6577-9

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	11
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO.....	17
1. O DESENVOLVIMENTO DA APLICAÇÃO DO DIREITO EM CONCRETO	21
1.1 O pensamento jurídico ocidental e a aplicação do direito na solução de conflitos	21
1.1.1 A aplicação do direito no sistema do <i>common law</i>	38
1.1.1.1 O núcleo do precedente vinculante	43
1.1.1.2 As técnicas de distanciamento do precedente vinculante.....	48
1.1.2 A aplicação contemporânea do direito no sistema do <i>civil law</i> – a norma e a jurisprudência.....	52
1.2 O desenvolvimento do sistema jurídico brasileiro e a concretização do direito	62
1.2.1 O sistema do <i>civil law</i> do direito brasileiro do século XXI e a aplicação do direito	75
2. A ATIVIDADE JURISDICIONAL, A JURISPRUDÊNCIA E OS PRECEDENTES ...	85
2.1 A jurisprudência e o precedente judicial	85
2.2 Jurisprudência, interpretação e aplicação das normas.....	94
2.2.1 A liberdade do juiz na atividade interpretativa	105
2.2.2 Jurisprudência e argumentação jurídica	114
3. A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E SEU PAPEL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	129
3.1 As funções exercidas pelos tribunais superiores brasileiros por intermédio do julgamento de recursos	131
3.1.1 A função nomofilática	133
3.1.2 A função paradigmática	138
3.1.3 A função uniformizadora.....	144
3.2 A influência da jurisprudência dos Tribunais Superiores	147
3.2.1 A jurisprudência uniforme e paradigmática como instrumento de efetivação dos princípios da igualdade, da segurança jurídica e da celeridade processual	156
3.2.2 As mudanças da jurisprudência.....	167
3.2.2.1 As mudanças da jurisprudência perante as alterações sociais – a evolução do sistema	171
3.2.2.2 As mudanças da jurisprudência diante dos progressos na interpretação da norma – a atualização do sistema.....	175
3.2.2.3 As mudanças da jurisprudência diante das oscilações de interpretação – a desintegração do sistema.....	183
3.2.3 A positivação da jurisprudência como técnica de orientação de julgamento	191

3.3	Os precedentes.....	203
4.	AS TÉCNICAS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO (À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 E DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015)	209
4.1	As técnicas de uniformização e os critérios para identificar situações jurídicas semelhantes.....	210
4.2	As técnicas de uniformização de jurisprudência e as espécies de conflitos apresentados ao Poder Judiciário.....	217
4.3	As formas processuais das técnicas de uniformização da jurisprudência.....	234
4.4	As técnicas de correção da divergência – Os recursos para o STJ/STF.....	236
4.4.1	O recurso extraordinário – a técnica de uniformização das questões constitucionais.....	241
4.4.1.1	A repercussão geral como qualificadora da questão constitucional (a técnica da seleção da matéria a ser julgada pelo STF).....	247
4.4.1.2	Os recursos extraordinários repetitivos – o julgamento por amostragem das causas que envolvem conflitos de massa.....	260
4.4.1.3	Os recursos extraordinários avulsos.....	268
4.4.2	O recurso especial – a técnica da uniformização da interpretação dos textos legais federais.....	272
4.4.2.1	Os recursos especiais repetitivos – o julgamento por amostragem das causas que envolvem os conflitos de massa.....	274
4.4.2.2	Os recursos especiais avulsos.....	279
4.4.3	Embargos de divergência – a técnica da uniformização <i>interna corporis</i> dos Tribunais Superiores.....	280
4.5	As técnicas de prevenção da divergência (não recursais).....	289
4.5.1	Os incidentes preventivos engendrados no Código de Processo Civil de 1973 (e as alterações do Código de Processo Civil de 2015).....	291
4.5.1.1	O incidente de declaração de inconstitucionalidade.....	292
4.5.1.2	O incidente de uniformização de jurisprudência.....	295
4.5.1.3	A assunção de competência.....	298
4.5.2	As súmulas.....	300
4.5.3	O incidente preventivo criado no Código de Processo Civil de 2015 – O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	306
4.5.3.1	O direito comparado – O julgamento de processos-teste.....	307
4.5.3.1.1	Direito alemão (<i>Musterverfahren</i>).....	307
4.5.3.1.2	Direito inglês – <i>Group Litigation Order</i> – <i>GLO</i>	308
4.5.3.2	O incidente de resolução de demandas repetitivas no Código de Processo Civil de 2015.....	310
4.5.3.2.1	Cabimento do incidente e os requisitos para sua instauração.....	310
4.5.3.2.2	Procedimento do incidente.....	312
4.5.3.2.3	Consequências do julgamento do incidente.....	314
5.	AS DIRETRIZES DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	317
5.1	Regras gerais sobre uniformização de jurisprudência e precedentes.....	317
5.2	As regras para a modificação da jurisprudência e dos precedentes.....	322
	NOTAS CONCLUSIVAS	333
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	339